

Collor volta à TV para fazer anúncio

Em cadeia nacional de rádio e televisão convocada para explicar à Nação o acordo para o pagamento da dívida externa, o presidente Fernando Collor afirmou ontem que não conseguirá imobilizar seu governo. Esse foi o quarto pronunciamento de Collor no período de 40 dias, mas o primeiro usado para transmitir uma ação positiva de governo. Nas três redes nacionais anteriores, Collor apenas apresentara sua defesa diante de denúncias de irregularidades.

"Com confiança e muito trabalho haveremos de superar e esgotar todos os problemas políticos com que alguns pretenderam imobilizar o seu, o nosso governo, mas não conseguiram e nem irão conseguir", disse o Presidente.

Aliviado com o resultado da negociação da dívida junto aos bancos privados, o Presidente disse que o próximo passo importante será a aprovação do ajuste fiscal. Segundo Collor, o ajuste "dará um novo impulso para o crescimento econômico e permitirá que o Estado cumpra sua função de servir ao povo da forma mais eficaz e correta".

Na avaliação do Presidente, o funcionamento das instituições "com total normalidade" permitiu

Um novo bilhete para comemorar

O presidente Fernando Collor voltou ontem a se comunicar com a Imprensa, através de um novo bilhete remetido ao seu porta-voz, Pedro Luiz Rodrigues. Desta vez para comemorar o fechamento do acordo de pagamento da dívida externa brasileira com os bancos privados. Collor, que pela primeira vez não fez alusões ao que batizou de "sindicato do golpe" ou forças desestabilizadoras de seu governo, classificou o acordo como "bom entendimento e boa solução".

Segundo o Presidente, "nenhum outro País obteve o conjunto de vantagens por nós obtido, seja no percentual de redução, na multiplicidade de opções de títulos ou na modalidade em que as garantias foram oferecidas e aceitas". Esta é a nona mensagem que o presidente escreve nos últimos oito dias e a sétima para o porta-voz Pedro Luiz. Collor inicia o bilhete, que está datado de oito de julho e não nove de julho, dia em que foi divulgado, informando que

"encerrou-se esta madrugada o acordo sobre a dívida externa no setor público brasileiro".

Para justificar que o País chegou a um bom entendimento, depois de quase um ano de negociação, o presidente explica que "a redução prevista da dívida é de 35%; o seu perfil está bastante melhorado, facilitando o fluxo de caixa; taxas fixas de juros por um prazo de até 30 anos, o que evita submissões à flutuação daquelas taxas no mercado internacional, demonstram que o acordo atende os interesses nacionais".

O presidente Collor ressalta ainda que toda a negociação foi feita "obedecendo à nossa capacidade de pagamento, sem sacrifícios extras para o conjunto da sociedade". E anuncia: "A palavra de ordem continua a ser: trabalho!". E concluiu afirmando que "associando o trabalho à confiança no Brasil e ao ideal de desenvolvimento com justiça social, continuaremos a avançar".

a assinatura do acordo da dívida.

"A democracia é uma conquista irreversível dos brasileiros. As instituições funcionam com total

normalidade e permitem que acordos como o da dívida externa, que perseguíamos há mais de uma década de incertezas, possam ser al-

cançados", afirmou.

Dirigindo-se diretamente aos trabalhadores e às donas de casa, Collor disse que o acordo da dívida permitirá, com a redução da remessa de dinheiro para o exterior, investimentos nos setores de saúde, educação, habitação e infraestrutura e dará liberdade ao governo para investir nos setores essenciais.

"São 30 anos de tranquilidade na área cambial, com uma vantagem adicional: só teremos que pagar os juros, pois 100% do principal devido no fim daquele período serão saldados por meio da entrega dos próprios títulos que agora estão sendo oferecidos como garantia", disse Collor.

O Presidente acrescentou que mesmo antes do acordo, a comunidade financeira internacional já vinha dando demonstrações de que o Brasil estava recuperando sua credibilidade.

"Enquanto em 1990 os recursos que vieram do exterior foram de US\$ 5,3 bilhões, em 1991, saltaram para US\$ 11,6 bilhões e, neste ano, em 1992, apenas nos quatro primeiros meses, já tínhamos recebido US\$ 6,2 bilhões", disse.